

Artigo Especial (in memorian)

Mundo rural (economía, trabalho e migrações) na Serra Catarinense/Brasil: elementos para discussão da centralidade do trabalho agrícola no meio rural no contexto de sua reestruturação produtiva na atualidade

Rural world (economy, labor and migrations) in the Serra Catarinense/Brazil: elements for discussion of the centrality of agricultural work in rural areas in the context of its current productive restructuring

Mundo rural (economía, trabajo, migraciones) en la Sierra Catarinense/Brasil: elementos para discusión de la centralidad de el trabajo agrícola en el campo en un contexto de la reestructuración productividad actual

Marcos Antônio de Oliveira¹(in memorian)

Resumo

O artigo, resultado de pesquisa realizada na Região da Serra Catarinense/Brasil e baseado em entrevista de campo e levantamento de dados secundários, objetiva discutir a continuidade ou não da centralidade do trabalho agrícola como motor da dinâmica do desenvolvimento do meio rural. Demonstra que a reestruturação produtiva porque atualmente passa este meio nesta Região leva à formação de uma nova ruralidade pautada em comércio e serviços. Entretanto, diferentemente do que a literatura tem produzido no Brasil, conclui que esta se deve, também, pela continuidade da importância do elemento agrícola, que pode se visto na concentração fundiária e no avanço de culturas que levam à saída de populações do meio rural, mas que ainda constituem-se nas fontes de renda.

Palavras Chaves: Economia do mundo rural; Trabalho no mundo rural; Novas ruralidades.

¹ Doutor em Educação. Professor do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da UFPR. E-mail: marcos.antonio@ufpr.br

Abstract

The article is the result of a research in the Catarinense Region Mountais/Brazil and based on a field interview and secondary data collection, aims to discuss the continuity or not of the centrality of agricultural work as the engine of the dynamics of rural development. It demonstrates that the productive restructuring that occurs nowadays in this Region leads to the formation of a new rurality based on trade and services. However, unlike what the literature has produced in Brazil, the work concludes that this is also due to the continuity of the importance of the agricultural element, which can be seen in the land's concentration and the advance of crops that lead to the exit of rural populations, but which still constitute the sources of income.

Keywords: Rural world economy; Work in the rural world; New ruralities.

Resumen:

El artículo, resultado de investigación realizada en la Región de la Sierra Catarinense/Brasil y basado en entrevista de campo y levantamiento de datos secundarios, objetiva discutir la continuidad o no de la centralidad del trabajo agrícola como motor de la dinámica del desarrollo del medio rural. Demuestra que la reestructuración productiva que actualmente pasa este medio en esta región lleva a la formación de una nueva ruralidad pautada en comercio y servicios. Sin embargo, a diferencia de lo que la literatura ha producido en Brasil, concluye que ésta se debe, también, por la continuidad de la importancia del elemento agrícola, que puede verse en la concentración agraria y en el avance de culturas que llevan a la salida de poblaciones del medio rural, pero que aún se constituyen en las fuentes de ingresos.

Palabras-clave: Economía del mundo rural; Trabajo en el mundo rural; Nuevas ruralidades.

Introdução

A Macrorregião da Serra Catarinense (IBGE) ou Serra Catarinense, é composta por 29 municípios do estado de Santa Catarina, Brasil. Com condições naturais que vão do clima temperado com frio rigoroso no inverno, ao relevo que combina serra e planalto a uma vegetação caracterizada por um mosaico de campos e matas (Floresta Ombrófila Mista), esta se insere à economia nacional somente a partir do final do século XVII com a fundação de cidades com o intuito de proteger território para o caminhos das tropas (ligação do sul do Brasil a São Paulo e às Minas Gerais). Assim forma-se, segundo Costa (1992) e Goulart Filho (2002), uma economia baseada na criação de gado e mulas em grandes fazendas e geradora de uma cultura baseada no poder dos detentores desta. Esta adentra o século XX incorporando à sua lógica a extração de outros recursos naturais (madeira e erva-mate), mas mantém o núcleo social fundada na relação entre o dono fazendeiro e seus empregados.

A partir do final dos anos 1960, há nesta região a modernização das técnicas de produção (motomecanização), bem como dos produtos obtidos (grãos, exploração de madeira plantada-pinus e eucalipto e maçã), caracterizando a modernização conservadora do campo brasileiro (SILVA, 1996). Neste período, inicia-se o processo de migração mais intensa para a conformação dos grandes centros urbanos e, neste, para Lages, Curitiba e São Joaquim, significando a tendência à perda de populações do rural para urbano.

O processo de intensificação da modernização conservadora fez desta região, local tradicional de produção de madeira, grãos e maçã para os mercados nacionais e mesmo internacionais, bem como de local de origem para migrações para outras regiões do estado de Santa Catarina e mesmo do Brasil (TURNES, 2008), como resultante da modernização técnica com a continuidade da concentração fundiária (GOULART FILHO, 2002). Este processo se intensifica a partir do início dos anos 1990 com a abertura da economia brasileira e a reestruturação produtiva (entrada da microeletrônica) na indústria até então existente no estado: têxtil, cerâmico, plástico e

na agroindústria de carnes e leite (MAMIGONIAM&ESPÍNDULA, 2011). Decorrentes destas mudanças, estas passaram a exigir cada vez menos mão-de-obra nos seus processos fabris e não mais representam o mesmo ímã de atração para deslocamentos populacionais do rural para o urbano.

Ao lado disto, há também uma reestruturação mais intensa das cadeias produtivas que até então dominavam o mundo rural na região da Serra Catarinense e que vão no mesmo sentido do que ocorre na indústria, ou seja, a entrada de empresas de capital internacional, a micro-eletrônica/robótica (expressos na agricultura de precisão para o caso dos grãos; no controle eletrônico de processos de criação de animais-aves e suínos; e no controle eletrônico da ordenha, conservação e transporte de leite). Para além disto, a região é uma das primeiras a sofrer a competição de produtos importados de outras regiões a partir da criação do Mercosul (principalmente os cultivos de maçã, cebola e alho). Assim, as reestruturações produtivas no meio rural nesta região levam a novos processos de deslocamento da população, mas num contexto de uma variedade muito maior de origens e destinos (BRITO,2008), com um inter-relacionamento ainda maior entre o que ocorre nas cidades e no meio rural.

Neste contexto, pode-se afirmar que há na região uma tendência a uma separação entre municípios de uma ruralidade ainda tradicional, com êxodo rural e continuidade das estruturas ainda mais antigas de produção, e municípios em que se constitui um novo paradigma de desenvolvimento, ou uma nova ruralidade (FAVARETO, 2010), em que a atividade rural nem sempre é agrícola e principal fonte de renda e ou em que o rural é local de moradia para atividades urbanas, locus do aparecimento e desenvolvimento de atividades afeitas ao comércio/serviços e ou indústria.

Este artigo tem como objetivo central discutir em que termos há a centralidade do trabalho na organização da vida no mundo rural nesta Região. Para isto, intenta demonstrar e discutir em que termos as transformações nas cadeias produtivas nela existentes levam às transformações nas formas de inserção no trabalho e nas dinâmicas migratórias atualmente existentes na Região. Metodologicamente, e baseado em pesquisa realizada por três anos na Região que levantou dados/informações referentes ao campo (dinâmica econômica e populacional), em dados oficiais sobre este (IBGE, IPEA, Emater/SC e ICEPA/SC), e em revisão de literatura, o artigo demonstrará como a reestruturação produtiva leva a alterações nas formas de trabalho e trazem novas dinâmicas populacionais que permitem dizer que a Região pode ser dividida entre uma ainda de um rural tradicional, que perde população e o componente agrícola é ainda o mais importante (Lages, Curitibaanos, principalmente), e outros em que há a emergência de uma nova ruralidade (Urubici, baseada no turismo e Otacílio Costa, pautada mais na indústria e comércio). Mesmo assim, o artigo demonstra como, apesar disto, a realidade demonstra que o mundo do trabalho (mesmo agrícola) ainda é um importante catalisador e orientador das transformações do mundo rural na atualidade na Região, tanto de forma direta quando define formas de atividades e locais de moradia e trabalho de boa parte da população, quanto indiretamente quando, ao não desconcentrar a propriedade das terras, permite a definição de sua utilização por formas agrícolas que, atrelando-se à reestruturação produtiva, levam à dinâmicas populacionais cujas causas nem sempre são visíveis a uma primeira vista. Há que ser, portanto, relativizada a visão de que um novo mundo rural aparece onde há recuo na importância do trabalho agrícola e da inserção laboral de sua população.

Serra Catarinense: caracterização histórica e econômica

Compõem a Serra Catarinense 29 municípios (Abdon Batista, Monte Carlo, Anita Garibaldi, Otacílio Costa, Bocaina do Sul, Paineira, Bom Jardim da Serra, Palmeira, Bom Retiro, Ponte Alta, Brunópolis, Ponte Alta do Norte, Campo Belo do Sul, Rio Rufino, Campos Novos, Santa Cecília, Capão Alto, São Cristóvão do Sul, Celso Ramos, São Joaquim, Cerro Negro, São José do Cerrito, Correia Pinto, Urubici, Curitibaanos, Urupema, Frei Rogério, Vargem e Lages). Situada numa posição de latitudes que a coloca do Sul ao extremo Norte do Estado de Santa Catarina, possui um clima de verões quentes e invernos rigorosos (o que permite o desenvolvimento do turismo de inverno), e uma vegetação natural que permite a extração de madeira (pinheiro-Araucária angustifolia, imbuía-Ocotea porosa e a erva-mate-Ilexparaguariensis, principalmente).

O Planalto Catarinense, onde geograficamente se localizam os seus municípios, passou a ser local de interesse econômico a partir principalmene do século XVII quando, descobertas as minas de ouro e diamantes no sudeste e nordeste brasileiro, passou a ser local das rotas das tropas que levavam mantimentos e mercadorias para a retirada destes produtos nas minas gerais no centro do país. Na realidade, para compor e manter estas rotas, o governo imperial define a política de ocupação da região por onde estas passavam e, inclusive, a fundação de cidades e vilarejos. Assim nascem cidades como Lages, Correia Pinto, entre outras e, ao longo das rotas, cidades que inicialmente eram locais de pousada para as tropas que se dirigiam ao centro do país, como Curitiba e Campos Novos, principalmente.

Se inicialmente locais de localização destas rotas e pousadas, a Região se converte logo em espaço para a produção de gado (carne e couro) e animais para abastecer o mercado das minas. Assim, e de acordo com Goulart Filho (2002), de praticamente o final do Século XVII ao final do XIX/início do XX, portanto por mais de 200 anos, sua vida econômica era constituída basicamente na fazenda.

A partir deste momento, entretanto, a região começa a se tornar fornecedora de madeira para o desenvolvimento da indústria madeireira e mesmo de papel e celulose localizada nesta e em outras regiões do estado, principalmente. Assim, durante o período em que Santa Catarina iniciou seu processo de industrialização (1850 a 1914), a economia do planalto se concentrou na exploração da madeira e na produção pecuária baseada no sistema de criação extensiva e de baixa produtividade. Na atualidade, a região ainda guarda essa herança histórica, embora novas atividades tenham sido implantadas, a exemplo da horticultura e da fruticultura de clima temperado em São Joaquim, Urubici e municípios do seu entorno; a bovinocultura de leite e os cultivos de alho, milho e soja nas microrregiões de Curitiba e de Campos Novos. Apesar desses avanços, a zona do Planalto Catarinense tem ainda uma baixa participação na formação bruta da produção agropecuária estadual. Isso inclui o município de Urubici.

A crise da indústria madeireira de base extrativista e de seus derivados nas décadas de 1970 e 1980 forjou o surgimento dos ramos de papel e de celulose, que se constituem num dos segmentos industriais mais competitivos do Estado. Essas duas atividades são responsáveis pela maior parte da renda industrial da região. Verifica-se, também, que os programas de reflorestamento com Pinos e Eucaliptos, criados e implementados pelas principais empresas nas últimas décadas, ampliaram consideravelmente um novo segmento precursor de mão-de-obra e também uma oferta de matéria-prima substitutiva ao mercado desses derivados.

Essas atividades industriais apresentam uma nítida concentração nos municípios de Lages, Otacílio Costa, Curitiba e Campos Novos, com reflexos nos municípios vizinhos. Mesmo que exista certo dinamismo nessas cidades, percebe-se um baixo aproveitamento da mão-de-obra liberada da agricultura. Isso leva a um processo migratório contínuo para Lages, entre municípios da Região Serrana, ao Litoral e Planalto Norte do estado, determinando uma característica regional marcante: perda significativa da população rural, principalmente dos pequenos municípios e baixa taxa de absorção pelos empreendimentos urbanos. Por causa disso, vários municípios apresentam, ao mesmo tempo, taxas de crescimento populacional negativa e os maiores índices de pobreza do Estado.

Serra Catarinense: reestruturação produtiva a partir dos anos 1990

Dos 29 municípios da Serra Catarinense, de acordo com o IBGE (2010), apenas Lages possuía naquele ano população de 156,7 mil habitantes. Da mesma maneira, somente Curitiba, Campos Novos e São Joaquim possuíam população entre 24 e 37 mil habitantes (respectivamente 37,7 mil, 32,8 mil e 24,8 mil). Do lado contrário, do total da Região, 22 municípios apresentavam população inferior a 10 mil habitantes, o que demonstra a importância do setor agropecuário para a vida da população nestes e em toda Região. Abramovay (2000) e Veiga (2006), classificaria 25 destes com essencialmente rurais, pois com população inferior a 20 mil

habitantes. Ou seja, a região como um todo é constituída por 29 municípios com populações entre 2,33 mil habitantes (Painel), apenas 3 com populações acima de 24 mil habitantes, e um grande centro regional que é Lages, demonstrando ser uma região de desigualdade populacional relativamente significativa, haja vista que neste último município vivem quase 55% de toda população da região.

Apesar do meio rural (e suas mudanças) ser importante para a dinâmica econômica e populacional, os outros setores (indústria e comércio e serviços) também são significativos, principalmente a partir dos anos 1990. De acordo com os dados catalogados pelo (SEBRAE/SC, 2010) a partir de informações da Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina, em 2006 pouco mais de 11% do PIB da Região vinha da agricultura, contra quase 31% da indústria e quase 48% do comércio e serviços, demonstrando que a economia dos municípios da região está bastante relacionada ao setor de comércio e serviços e mesmo à indústria. Disto resulta haver fatalmente na região uma dinâmica que faz com que a agricultura tenha um papel, no mínimo, influenciado por estes setores. Com isto, verifica-se um meio rural em que boa parte da população não viva mais unicamente do trabalho com a agricultura, resultando naquilo que autores como Silva (1996) denominem de “novo rural”. Como será visto adiante, há populações no meio rural dos municípios em que os indivíduos vivem de outras atividades econômicas que não aquelas ligadas diretamente à atividade agropecuária. Na realidade, os indivíduos do Jardim Verde Vale moram no perímetro urbano, mas vivem de atividades esporádica ou no meio rural, ou no urbano, ou no setor de serviços.

Entretanto, há que descrever o que significam os setores industriais de comércio e serviços nos municípios da região para poder entender melhor o significado das atividades agrícolas para suas populações, bem como a importância desta para sua dinâmica. Primeiro há que ressaltar o peso de Lages que, com seu forte setor industrial, de comércio e serviços, sozinhos, fazem o PIB destes setores subir em toda região, o que não ocorre no restante dos outros municípios.

O setor de comércio e serviços possui um peso superior a 50% na composição do PIB municipal somente nos casos de Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Lages, São Joaquim e Urubici. Isto ocorre porque há a presença de hidrelétricas (nos três primeiros) e, para além de Lages, a atividade turística em São Joaquim e Urubici durante o inverno, principalmente. Para além disto, no setor industrial somente há uma participação mais expressiva da indústria na composição do PIB municipal nos casos de Correia Pinto e Otacílio Costa, em virtude da indústria da madeira e das papeleiras, incluindo a Klabin, que possui a maior de suas plantas em Correia Pinto. Ou seja, a economia da região possui um setor de comércio e serviços importante, mas concentra-se geograficamente e economicamente, pois depende muito das atividades das hidrelétricas e da indústria da madeira e em alguns municípios apenas. Da mesma forma, o setor industrial concentra-se em torno desta última indústria, que está concentrada em dois municípios apenas.

Com isto, de acordo com Oliveira (2012), verifica-se que a agricultura, embora participando até modestamente com o PIB em muitos municípios, devido principalmente ao baixo valor agregado de seus produtos, é importante para a dinâmica e as populações no meio rural, haja vista principalmente que os setores industriais e de serviços, descritos acima, empregam pouca mão-de-obra.

Portanto, para além da redução das oportunidades de mão-de-obra, fenômeno comum na indústria como um todo e também presente na indústria madeireira, a explicação para as transformações econômicas porque passa a região também tem que considerar o que vem ocorrendo na agricultura. Em relação ao rebanho, nos últimos 20 anos há uma relativa estagnação no número de bovinos e queda na produção de suínos e aves. Isto decorre principalmente das estratégias das indústrias que passaram a produzir estes animais de forma confinada e ou integrada em outras regiões, forçando a queda nestes rebanhos e no número de agricultores que produzem estes bens.

Por outro lado, há um aumento significativo do número de vacas ordenhadas e na produção de leite, principalmente após a reconversão produtiva do final dos anos 1990 e início dos 2000. Em toda região, em

2010 havia 69,1 mil vacas sendo ordenhadas, contra apenas 37,2 mil em 2000. A produção de leite também aumentou significativamente no período, passando de 39,5 milhões para 89,4 milhões de litros entre 2000 e 2010. Entretanto, a produtividade das vacas também aumentou, passando de 711 litros de leite/vaca em 1990 para pouco mais de mil litros/vaca/ano em 2000 e chegando em 2010 a 1,29 mil litros/vaca. Isto aponta a concentração da atividade que fatalmente está ocorrendo em termos de produção/produzidor, forçada pelos investimentos que somente podem ser suportados por agricultores mais capitalizados.

Da mesma forma, em termos da atividade agrícola, há uma tendência à concentração. Como verificado no restante da Região Sul, na Serra Catarinense há um processo de recuo nas áreas plantadas e na produção de arroz e feijão, a despeito do aumento da produtividade. Por outro lado, há o aumento da área plantada com soja e recuo na de milho, mas em todas elas há incremento da produção, puxados principalmente pelo aumento da produtividade. Acompanhando isto há aumento da área plantada e produção do trigo. Isto demonstra que há na região uma intensificação da produção tecnificada de grãos, como ocorre em todo o Brasil, ao lado da estagnação do cultivo de produtos tradicionais, que no caso da Região é representada pela maçã. Como isto requer menos mão-de-obra, verifica-se o aumento das dificuldades de reprodução para um número significativo de estabelecimentos, com repercussões diretas sobre as condições de vida dos agricultores e da população do campo.

O que também caracteriza a economia do meio rural na região são a produção e a extração silvicultural. Neste caso, verifica-se que está ocorrendo um processo de ampliação da produção neste setor para a obtenção de madeira, principalmente para a produção de celulose, haja vista a existência de empresas que produzem ou celulose ou papel na mesma, e ou mesmo para abastecer indústrias localizadas em municípios próximos, como é o caso, por exemplo, de Curitiba. O fato de ao lado disto ocorrer queda na obtenção de produtos da extração (lenha, carvão, entre outros), percebe-se que a região encontra-se numa nova fase da produção que aquela baseada na retirada da lenha, madeira e posterior venda no mercado. Atualmente, a produção silvicultural denota uma nova relação entre o dono da terra, a produção em si e a indústria, uma vez que esta produção, sendo destinada à produção de papel e celulose, necessita de maior coordenação na cadeia. Assim, a produção se dá em estabelecimentos de grandes extensões, com os donos das terras sendo ou grandes proprietários fundiários (tradicionais ou não) e ou a própria indústria. Como está havendo um processo de intensificação das áreas ocupadas com esta finalidade, e como o resultado deste empreendimento se dá a partir de investimentos significativos de capital e em longo prazo (mínimo de uma década), se verifica novamente aqui as dificuldades de reprodução dos estabelecimentos menores, pois são somente aqueles com maior capacidade financeira que podem ser partícipes do aumento da produção neste setor.

Desta maneira claramente há, na região, a divisão em duas regiões de ruralidades diferenciadas. A ruralidade tradicional, aqui, é entendida como a permanência do campo enquanto espaço essencialmente agrícola. Este agrícola, entretanto, calcado em um modelo de exploração da terra que se constituiu historicamente, como analisado acima. Ou seja, a coexistência da grande fazenda com exploração da pecuária extensiva com a agricultura familiar de subsistência, mas com suas potencialidades limitadas pelo domínio econômico e político da grande exploração.

Neste contexto, forjou-se uma cultura cuja lógica se manifesta no ritmo de trabalho, no estilo de vida, nos hábitos alimentares e uma lógica nem sempre capitalista como fiadora das expectativas e projetos de futuro dos indivíduos e da população em geral. Com isto, a lógica de reprodução social aproxima-se da obtenção daquilo que Antonio Cândido (2010), denominou de “mínimos vitais”, ou seja, respondendo às necessidades básicas da existência. Esta lógica é encontrada nos municípios de Lages, Campo Belo do Sul e São José do Cerrito. No espaço rural destes municípios pode-se verificar na cultura elementos que caracterizam o que Candido (2010), denominou de “cultura rústica”, uma “economia fechada” e “formas de solidariedade” típicas da sociedade rural brasileira.

A constatação da ruralidade tradicional não elimina a presença de projetos e ações de desenvolvimento econômico que se pautam por outra lógica se, principalmente, o da acumulação capitalista. Por exemplo,

a expansão da produção de grãos oriunda principalmente da elevação dos preços destas commodities no mercado mundial, ou a produção leiteira ou mesmo a exploração do turismo, principalmente em hotéis fazenda e ou pousadas. Além disto, na última década o grande capital passou a explorar a energia hidroelétrica na região. Assim, o município de Campo Belo do Sul passou a receber os impactos da implantação da hidroelétrica de Barra Grande, de propriedade do consórcio econômico BAESA. Uma parte da população ribeirinha, de agricultores familiares, através do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), foi reassentada no município de Campo Belo do Sul. Este reassentamento, de certa forma, inova o modo de vida no campo, através do trabalho associativo, com a produção de produtos orgânicos (hortaliças e frutas) e inserção no mercado através da criação de feiras. Contraditoriamente, em outro reassentamento existente no município, tem ocorrido a venda e comercialização dos lotes distribuídos e o retorno dos ex-atingidos para suas regiões de origem.

Isto demonstra, entretanto, unicamente que a região não está apartada dos processos e fluxos econômicos e sociais globais. Confirma isto a dinâmica populacional apresentada nestes municípios, principalmente por parte da juventude. Nestes casos, encontra-se uma saída generalizada do jovem do campo em busca de alternativas de vida, principalmente em médias e ou grandes cidades. Uma fez frustrada suas expectativas, outras escolhas para a reprodução da existência são desenvolvidas, entre elas o retorno ao campo. Fica evidente, desta forma, a estratégia de sobrevivência destes jovens que saíram do campo e não encontram alternativas em outras localidades e atividades.

No município de São José do Cerrito encontra-se o espaço por excelência da ruralidade tradicional. Destaca-se, inicialmente, que do universo total de 9,273 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, 6,781 mil moravam no meio rural, ou 73,12%. Ou seja, a maioria da população ainda reside no campo. Pode-se afirmar que, neste município, o campo ainda se identifica bastante com a atividade agrícola. Neste caso, a maior quantidade de estabelecimentos agrícolas é composta por pequenos agricultores, produzindo milho e feijão em pequena escala. Da mesma forma, há dificuldades de incrementar ações no sentido da população alterar sua condição socioeconômica e sua cultura.

De outro lado, na região há também a emergência de uma nova ruralidade. Isto ocorre em pelo menos dois municípios: Urubici e Otacílio Costa. Em Urubici isto se deriva de sua condição de localização (altitude) e clima (frio) e da chegada de novos agentes externos adquirindo propriedades para moradia e exploração do turismo. Assim, pessoas que possuem residências em outros municípios estão adquirindo estabelecimentos em Urubici para construção de moradias. A expansão no município na exploração do turismo faz com que as pessoas morem no campo explorando pousadas, ou pessoas morem no campo e trabalhem na cidade em pousadas e ou mesmo hotéis. Outras pessoas ainda residem no meio urbano e desenvolvam atividades relacionadas ao turismo no campo. O turismo é a atividade que vem reconfigurando o campo, o meio urbano desenvolvendo uma nova cultura, orientadora de novos modos de vida em Urubici.

Com isto, há um colamento, uma junção, do espaço urbano com o rural. Pessoas que moram no espaço rural e trabalham no espaço urbano e, ao contrário, pessoas que moram no espaço urbano e trabalham no espaço rural. O exemplo típico é o de pessoas, geralmente, mulheres, que moram no meio rural e trabalham no atendimento ao turista em pousadas e no comércio no meio urbano. Por outro lado, homens que residem no espaço urbano e trabalham nos pomares no espaço rural. Ao lado disto há a expectativa, na população, do trabalho nas pousadas no espaço rural e ou no espaço urbano e, ou, ainda, o trabalho nas residências das novas residências dos novos moradores que lá estão se estabelecendo.

Junto a isto, há um novo conceito de espaço rural. Ou seja, um espaço rural não produtivista direto, mas sim um espaço de moradia, de lazer e da tranquilidade, contrapondo-se à lógica urbana. Ou seja, se de um lado o rural vira local de moradia e tranquilidade, dialeticamente isto se dá por conta da expressão das formas de vida cotidianas. Com isto, no município de Urubici há um conjunto de comunidades rurais contíguas onde atualmente passa uma rodovia asfáltica, recentemente construída, em que é possível encontrar placas indicando; “Travessia Urbana de

Santa Terezinha”, “Travessia Urbana de São Pedro”, “Travessia Urbana de São José”. Nestas localidades, encontram-se um conjunto de moradias, estabelecimentos comerciais, instituições públicas (escolas e creches) e, além de religiosas (igrejas), junto às atividades agrícolas com espaço para plantio de milho, hortaliça, fruticultura e exploração de gado de leite. Este fato demonstra o modo como o espaço rural e urbano no município não podem mais serem vistos e analisados dissociadamente. Ou seja, se verifica como os valores, modos de pensar e comportamentos caracterizados como urbanos ou rurais encontram-se difusos nesta realidade, por que se acham mesclados, um dentro do outro. É notável também neste município, ainda que hoje a maior parte de serviços seja referenciado pela cidade de Lages, a influência da cultura da capital do Estado e da região litorânea do Vale do Braço do Norte devido às origens dos colonizadores, as relações de mercado e o destino da população que migrou de Urubici. Isto também faz de Urubici, de seu espaço urbano e rural, singular em relação aos outros municípios da Serra Catarinense.

Outro município em que claramente observa-se a emergência de uma nova ruralidade na Serra Catarinense é o de Otacílio Costa. Neste há um processo de industrialização e urbanização da sede do município. O corolário deste fenômeno é o desenvolvimento do comércio local e estabelecimentos de prestação de serviços (bares, restaurantes, bancos, etc).

O que muda este cenário é que o município deixa uma situação de quatro décadas consecutivas de dependência econômica das atividades de uma única empresa multinacional (Klabin), para um cenário de diversificação. Nesta nova situação, novas pequenas empresas vêm se instalando e alterando o sistema econômico, as condições sociais da população. Como descrito acima, Otacílio Costa, portanto, a partir dos dados do IBGE, vem passando por um aumento da população total, no campo e na cidade, diferindo da dinâmica da cidade polo regional, que é Lages, que apresentou redução na população total, urbana e rural.

Isto traz reconfiguração do campo e de sua população. Há uma entrada de novos agentes externos, oriundos de outros municípios, adquirindo estabelecimentos médios e grandes com a finalidade de explorar a produção de grãos em grande escala, principalmente em áreas anteriormente ocupadas com a pecuária de corte. De outro lado, há a entrada de agentes externos advindos da sede do município adquirindo micro e pequenos estabelecimentos, mas com o intuito de utilizá-lo como moradia, desenvolvendo, no máximo, explorações de subsistência. Estes são trabalhadores aposentados da Klabin ou ainda na ativa, que elegem o campo como lugar de vida, escolhendo-o como lugar de moradia. Este cenário configura uma “substituição da população do campo”. Isto porque o avanço da produção de grãos de um lado, com mecanização e redução da necessidade de mão-de-obra e, de outro, a continuidade da concentração do monocultivo do pinos em torno de 60% da área ocupada do município, traz dificuldades para a permanência da juventude no campo. Assim, há a saída dos jovens do campo e, aliada a isto, a entrada de outra população, de mais idade mas que vai trabalhar na indústria e ou nos setores de comércio e serviços, não mais na agricultura.

Migrações na Serra Catarinense: histórico, características recentes e processos de desenvolvimento

Nos últimos 10 anos a população total da região está praticamente estagnada. De acordo com o IBGE, se em 2010 havia um total de 403,75 mil habitantes, este era de 398,31mil em 2000, numa evolução de apenas 0,14%. Considerando que a taxa de aumento de sua população entre 1990 e 2000 foi superior a 6% e que há no Estado uma tendência à litoralização (Turnes 2008) verifica-se que: i) a pujança do setor industrial e de serviços que esta apresenta ainda é elemento de filtro para a perda de sua população, mas ii) esta capacidade vem sendo perdida em virtude da reestruturação descrita acima. A população total recuou em 14 dos 29 municípios, inclusive no seu polo, que é Lages. À exceção de Urubici e São Joaquim (cidades polo de turismo), merece destaque o aumento da população total apenas em Otacílio Costa, onde esta aumentou quase 25% na última década.

De acordo com Oliveira (2012), entretanto, merece destaque também o comportamento das populações das regiões ditas rurais e urbanas em cada município. Isto porque dos 29 municípios de toda Região, em apenas

quatro deles não houve aumento na população urbana. Mesmo nestes casos, a população de todo município recuou. Do outro, em também apenas 4 municípios a população rural aumentou e, nesse caso, em três deles (Urubici, São Joaquim e Bom Jardim da Serra) ligados às condições de explorar o turismo de inverno. Em quase todos, portanto, houve aumento da população residente no denominado “perímetro rural”. Embora haja críticas à utilização destes critérios de classificação, inegavelmente os dados demonstram estar havendo na Região um movimento, para além daquele de saída para outras Regiões, também de concentração em torno do perímetro urbano dos municípios. Assim, como demonstra a tabela abaixo, a população morando nos perímetros urbanos de toda Região aumentou 6,2% nos últimos 10 anos, atingindo 329,99 mil habitantes, enquanto a população morando no dito perímetro rural caiu 16,1% no mesmo período, vindo para apenas 73,65 mil habitantes.

Na região, entretanto, o PIB (Produto Interno Bruto) vem aumentando nos últimos anos, chegando a atingir os R\$ 4,25 bilhões em 2009, num aumento superior a 16% em dez anos. Entretanto, embora diversificado, vem perdendo espaço frente ao PIB estadual, pois em 2009 representava 3,25% do PIB deste, contra 3,75% do início da década de 2000.

Portanto, na região verifica-se a existência de uma dinâmica econômica que concentra as atividades industriais e de comércio e serviços em torno das hidrelétricas e da indústria da madeira/celulose/papel. Assim, embora os setores da indústria e do comércio e serviços sejam importantes para a região, também são concentrados geograficamente. Com isto, verifica-se a continuidade da importância das atividades agropecuárias para a população rural, atividades cujas dinâmicas afetam diretamente as condições de vida das populações do campo. Como visto, a concentração que ocorre também neste setor tem levado à queda da população do campo, especialmente a mais jovem. Assim as populações que continuam no campo se ocupam cada vez mais de outras atividades que não aquelas ligadas diretamente à produção agropecuária, bem como esta é a condição das populações que retornam ou decidem viver no campo.

Ainda quanto aos impactos sobre a população é importante lembrar, como demonstra Vieira (2011), que a Região do Planalto Catarinense caracterizou-se, desde sua formação, por uma ocupação territorial que privilegiou a pecuária extensiva, poupadora de mão-de-obra e pouco criadora de conexões com outras atividades que permitissem aumento do valor agregado do produto dela oriundo. Com isto, houve sempre na região uma distinção entre uma população que possuía a terra e com renda maior e outra que não a possuía ou a possuía em pequena quantidade. No momento atual, pelo que se vê, a produção de produtos florestais, geralmente nas mãos de grandes proprietários fundiários, ou a produção de grãos com a utilização de modernos equipamentos, altamente poupadores de mão-de-obra, parecem não mudar, pelo menos substancialmente, esta situação. Acresce a isto o fato da produção de grãos e de carnes também ocorrer em outras regiões do país (Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, principalmente) o que tem o efeito econômico de reduzir o valor e, assim, o preço dos produtos obtidos no Planalto Catarinense. Com isto, para além da redução do número de ocupações disponíveis, a estrutura produtiva gera um valor ainda menor para ser dividido pela população do campo. Assim, as dificuldades de reprodução da vida no campo aumentam, empurrando a população ou para outra região que não a rural, ou para outra atividade que não aquelas ligadas diretamente à produção agropecuária.

Um exemplo: o jardim Verde Vale, em Urubici

O exemplo empírico do que se afirma acima, relacionado à reestruturação produtiva, migrações e condições de vida de um lado e, de outro, a continuidade da importância da forma agrícola de produção sobre a “nova” formatação do mundo rural, é o Jardim Verde Vale, localizado no município de Urubici.

Como visto acima, este se localiza na região mais fria do Brasil, o que lhe permite desfrutar das vantagens comparativas de poder explorar o turismo de inverno, o que podeira lhe colocar na categoria de “nova ruralidade”. De fato, o mesmo vem apresentando nos últimos anos uma tendência de troca das tradicionais produções de

maçã, alho, verduras e gado pela exploração dos grãos, principalmente soja e trigo. Da mesma forma, há o aumento da quantidade das explorações agrícolas que se atrelam ao turismo como fonte de renda, principalmente com o aparecimento de pousadas e ou hotéis-fazenda. Atrelado a isto, a população aumenta entre 2000 e 2010 de 10,25 para 10,69 mil habitantes, ganhando novos habitantes tanto no meio rural quanto em seu perímetro urbano.

Ligado diretamente às suas possibilidades de explorar o turismo, tanto no meio urbano quanto no rural apareceram, segundo sua secretaria municipal de desenvolvimento econômico, mais de 300 pousadas e hotéis-fazenda nos últimos 15 anos. Esta, entretanto, sendo um dos motores econômicos do município, conjuga a exploração turística tanto em antigas fazendas no município, o que permite manter sua estrutura de terras concentrada, como em pousadas menores, oriundas da reconversão produtiva de pequenos estabelecimentos agrícolas, realizadas tanto por ex-agricultores tradicionalmente moradores de Urubici, quanto por novos empreendedores, muitas vezes, novos moradores. Da mesma maneira, no seu perímetro urbano, há o aparecimento de empreendimentos com pousadas exploradas tanto por moradores antigos quanto novos. De toda maneira, e o que importa aqui, é que esta atividade permite a atração de população que vai então nela trabalhar. Neste caso, há aparecimento de oportunidades de ocupação para homens e, também, para mulheres como cozinheiras, arrumadeiras, etc, nestas atividades.

Isto explica a atração que vem apresentando o município nos últimos anos como local de destino de uma população que é expulsa do campo. Como não há mudança na estrutura fundiária, a nova população trabalhadora que se instala no município o faz nas franjas do seu perímetro urbano e explica em muito o aumento de sua participação da população nesta área, o que explica em mais de 90% o seu aumento nos últimos 10 anos. Em Urubici, existem três destas áreas, denominadas de Brasília I, Brasília II e Jardim Verde Vale.

Este aparece em meados dos anos 1990, especificamente em 1994, quando a prefeitura municipal sentiu a necessidade de buscar atender à demanda por moradia da população que então saía do campo e ou dele chegava no perímetro urbano. Deve-se notar que isto ocorre no momento de início da reestruturação produtiva na Região, como visto acima. Em conjunto com a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, então a prefeitura desapropria o terreno e constrói 57 casas e as financia para o assentamento de número correspondente de famílias. Embora o financiamento previsse o pagamento de um valor mensal correspondente a 25% do valor do salário-mínimo (atualmente algo próximo a R\$ 200,00), as condições de obtenção de renda por parte dos moradores fizeram com que atualmente 65% dos mesmos não tenham conseguido quitar seu financiamento. Além disto, há vários casos de pessoas que deixaram a moradia por conta da obrigação de trabalhar em atividades que exigiam a mudança de local de residência. Estas casas, evidentemente, estão atualmente todas ocupadas, mas por moradores oriundos ou do perímetro rural do município e ou de outros Estados e que vieram ao município por conta da perspectiva de trabalho, no meio rural e ou no turismo.

Em entrevista de campo, de uma amostra aleatória com 20 famílias, 11 delas disseram terem deixado o meio rural do município em virtude da perda da ocupação decorrente da produção de soja, que está substituindo a maçã, a pecuária e erva-mate, principalmente. Destes, 6 disseram que: i) a mulher trabalha numa ocupação urbana (geralmente como diarista) e ou em alguma pousada (também muitas vezes ajudando nos finais de semana e ou algum feriado), e ii) que o homem pai-de-família trabalha em empregos urbanos (3) e ou em épocas de demanda por trabalho por parte dos fazendeiros, do município e ou outros (colheita da maçã, extração da erva-mate, e ou o plantio e colheita de hortaliças como o tomate e ou pimentão).

As outras 9 famílias disseram ter vindo morar no município oriundas de outra localidade. Neste caso há pessoas da própria Serra Catarinense, do norte paranaense e mesmo de capitais, como da cidade de São Paulo e Curitiba. O que chama a atenção, também, é o fato de que destas 9 famílias, 5 disseram ter morado em outra localidade que não a de sua origem antes de chegar em Urubici, no Jardim Verde Vale.

Assim, o que se verifica em Urubici é um colamento, isto é, uma junção, do espaço urbano com o rural. Pessoas que moram no espaço rural e trabalham no espaço urbano e, ao contrário, pessoas que moram no

espaço urbano e trabalham no espaço rural. Como visto, no Jardim Verde Vale o exemplo típico é o de pessoas, geralmente, homens, mulheres e jovens, que moram no meio urbano e trabalham no meio rural em pousadas, agricultura e fruticultura.

Junto a isto, surge um novo espaço rural. Ou seja, um espaço rural que ainda é produtivista e que usa a de mão-de-obra urbana. Um espaço que oferta novos serviços em pousadas e em áreas de lazer “novos sítios”. Uma migração circular ou pendular que de certa forma oferece um trabalho sazonal tanto para quem reside no rural como no urbano criando um vínculo entre urbano e rural.

As famílias entrevistadas declararam, em sua maioria, a ocupação nessas atividades sazonais, como diaristas (colheita e tratos culturais na cultura da maçã, no corte do vime, o trabalho com tomate) e, no caso das mulheres, o trabalho em pousadas ou em casa de famílias. Entretanto, mesmo nestes casos as atividades se dão sem carteira assinada, caracterizando também como atividades temporárias. Segundo a fala de um dos moradores, entrevistado durante pesquisa de campo:

“Moramos aqui eu, minha mulher, nossos três filhos, minha sogra e meus dois cunhados. (.....) Trabalho com tomate, no verão, e no corte do vime, e bambu no inverno, e minha esposa em pousadas ou casa de família”

Desta maneira, a renda dos moradores do Jardim Verde Vale é baixa e, mesmo assim, em muitos casos esporádicos. De acordo com uma técnica da Secretaria Municipal de Assistência, entrevistada durante pesquisa de campo: “A renda deste povo é muito baixa. A grande maioria recebe um salário-mínimo por família/mês”. De acordo com a mesma técnica, boa parte das famílias são beneficiárias do Bolsa-Família (Programa do governo federal brasileiro que garante uma renda adicional aos pauperizados) e ou passam pela secretaria à busca de algum auxílio.

Percebe-se que este tipo de trabalho acaba sendo comum a todos, uma rotulação na comunidade, ou seja, quando alguém precisa de um grupo de trabalhadores, como para chácaras de maçã, chegam ao bairro e através de um “coiote” arrebanham um grupo de trabalhadores que são conduzidos até os pomares, recebem normalmente R\$ 50,00 reais por dia livre das refeições. Em época de safras acabam obtendo uma renda um pouco superior. Outros que trabalham na lavoura optam pela empreitada, reunindo-se em pequenos grupos prestando esse serviço que por hora é como meeiro e outros por determinado período de colheita ou plantio.

Conclusões: ou a continuidade da centralidade do trabalho agrícola no modelo de desenvolvimento no mundo rural na atualidade

Com se observou, a Região da Serra Catarinense passa atualmente por alguns processos econômicos e sociais: i) de um lado, mesmo com a continuidade da concentração fundiária, há o avanço de formas capitalistas de produção, poupadoras de mão-de-obra, que leva à continuidade do êxodo rural, ii) de outro, ao lado do inchaço das grandes cidades, há um concomitante retorno de populações que antes migraram, ou mesmo buscam instalar-se no município como local ou de refúgio, de lazer e, principalmente, iii) há o aparecimento da exploração de uma outra atividade econômica, o turismo, permitido tanto por uma natureza que o permite (frio e belezas naturais) quanto por arranjos público institucionais (instituições que organizam o turismo). Por conta disto, há o desenvolvimento da Região com base em aparentemente dois movimentos distintos: a continuidade de um rural tradicional e a conformação de um rural com novos elementos, por muitos mais característico de um “novo” mundo rural.

Com isto, se de um lado habitantes saem da região, de outro há a chegada de uma nova população em seus municípios. Entretanto, ao par deste processo, verificou-se que constantemente há recuo na população no perímetro rural e incremento da população vivendo no meio urbano de toda a região e de praticamente todos os municípios, à exceção de apenas 4. Mudanças significativas ocorrem, portanto, na região que reconfiguram tanto seu mundo urbano quanto seu mundo rural.

Neste cenário, a descrição do que ocorre numa localidade específica, como o Jardim Verde Vale, localizado num dos municípios da região, (Urubici) demonstra, primeiro, que estas alterações se dão no sentido de uma maior

homogeneização entre o espaço urbano e rural e, segundo, que há continuidade da presença do agrícola na dinâmica da população rural, mesmo que de forma indireta, indicada por: i) continuidade da concentração fundiária que obriga parte dos agricultores a migrarem para novas atividades em locais que não o rural e, ii) a continuidade da importância do trabalho agrícola mesmo para aqueles que deslocam sua residência do espaço rural para o urbano.

Com isto, e considerando que há a necessidade de aprofundamentos de novas e futuras pesquisas na área, existem elementos suficientes para não absolutizar a emergência de um novo mundo rural, uniforme no tempo e no espaço, onde o agrícola perderia sua importância, ou onde o rural não é mais agrícola, como sugerem Schneider (2001), Favareto (2010), entre outros. Ademais, o artigo sugere que mesmo nos espaços em que há a emergência de uma suposta “nova ruralidade”, em muito esta se deve ao que ocorre no espaço agrícola. Com isto, há indicações claras que o rural pode ser mais agrícola do que muitos atualmente diagnosticam.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000;
- CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito, 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul Editorial, 2010.
- COSTA, L. O Continente das Lagens – sua história e influência no sertão de terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura. 1982.
- FAVARETO, A. Tendências Contemporâneas dos estudos e Políticas sobre o desenvolvimento territorial. In. MIRANDA, Carlos e TIBURCIO, Breno, Org. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil Avanços e Desafios, IICA, Brasília, dezembro, 2010.
- GOULART FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. Ensaios FEE, v. 23, n. 2, p.977-1007, Porto Alegre, 2002.
- MAMIGONIAN, A., ESPÍNDOLA, C. et al. Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social. Série Livros Geográficos IV. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.
- OLIVEIRA, M. A. de. Educação do Campo: políticas e práticas em Santa Catarina (Componente Política Pública). Relatório final de pesquisa. Capes/INEP. Florianópolis: UFSC, 2012.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16,p. 164-184, 2001.
- SEBRAE. Santa Catarina em números: Macrorregião Serra Catarinense. Florianópolis: Sebrae, 2010.
- SILVA, J. G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- TURNES, V. A. Reflexões sobre os fluxos migratórios internos de populações no Estado de Santa Catarina. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 4, n. 1, p. 155 -194, jan/abr2008. Taubaté.
- VEIGA, J. E. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. Transcrição de exposição oral. 58ª Reunião da SBPC. Florianópolis, 2006. Página do autor em : http://www.zeeli.pro.br/wpcontent/uploads/2012/06/Mudancas_nas_relacoes_entre_espacos.pdf.
- VIEIRA, M. G. E. D. Notas sobre a gênese das formações sócio-espaciais do planalto catarinense, in: MAMIGONIAM, A. (Org). Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social, Série Livros Geográficos IV, GCN/CFH/UFSC. Florianópolis, 2011.